



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: CONCEPÇÕES A PARTIR DAS REVISTAS MERCATOR, SOCIEDADE & NATUREZA E RA'eGA

*SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: CONCEPTS FROM THE  
JOURNALS "MERCATOR", "SOCIEDADE & NATUREZA" AND "RA'eGA"*

(Recebido em 14-04-2018; Aceito em: 27-07-2019)

**Katryne Briniele de Oliveira Gonçalves**

Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Paraná

katrynebriniele@gmail.com

### Resumo

Nesta pesquisa investigaram-se os principais eixos teórico-conceituais associados ao desenvolvimento sustentável e como a geografia brasileira lhes emprega conforme seus campos (físico, humano e instrumental). Os resultados foram obtidos por intermédio do método hipotético-dedutivo atrelado à análise dos discursos em Foucault em cento e dois artigos coletados no Sistema Qualis CAPES das revistas Mercator, Sociedade & Natureza e RA'eGA. Concluiu-se que por mais criteriosas e necessárias, as classificações teóricas não são absolutas e, tão pouco, definitivas. Todavia, confirmou-se a manifestação de três eixos ligados ao desenvolvimento sustentável na produção geográfica do país: o primeiro se restringiu à dimensão ecológica do ambiente e assimilou a sustentabilidade com a preservação de elementos bióticos/abióticos das influências antrópicas - esse eixo apresentou baixa adesão (6,8%) sendo majoritariamente representado por geógrafos físicos, geógrafos físico-humanos e geógrafos físico-instrumentais; o segundo eixo, caracterizado pelo conceito hegemônico do desenvolvimento sustentável foi predominante devido à influência de órgãos supranacionais (ONU e Banco Mundial) nas diretrizes políticas dos países no mundo, pois, 62,9% dos artigos pesquisados expressaram essa fundamentação; por fim, o terceiro eixo congregou perspectivas contra hegemônicas sobre a sustentabilidade e mesmo perante grande diversidade em seu arcabouço ideológico, ele se registrou em 30,3% das produções acadêmicas investigadas - esse último concentrou uma relação maior de geógrafos humanos em relação ao segundo o qual apresentou maior proporção de geógrafos físicos. Conquanto, identificou-se nos três eixos teórico-conceituais do desenvolvimento sustentável a expressiva contribuição de pesquisadores ligados aos campos das ciências da natureza e/ou das ciências humanas situando a abrangência da geografia brasileira no tocante ao estudo e apreensão das relações dadas sobre o espaço.

**Palavras chave:** Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Epistemologia; Geografia.

### **Abstract**

*This research investigated the main theoretical-conceptual themes related to sustainable development and how Brazilian Geography (physical, human and instrumental) claims their fields to be sustainable. The results were obtained by the hypothetical-deductive path combined to the analysis of Foucault discourses in a hundred and two articles captured from Qualis System CAPES of the magazines Mercator, Sociedade & Natureza and RA'eGA. It was concluded that though strict and necessary, the theoretical classifications are not absolute nor definite. Nevertheless, the manifestation of three particularities related to sustainable development in the geographical production of Brazil were confirmed: the first was restricted to the ecological dimension of the environment and correlated the sustainability with the protection of biotic/abiotic elements of anthropic influences – this particularity showed low adherence (6,8%) being overwhelmingly represented by physical geographers, physical-human geographers and physical-instrumental geographers; the second particularity, characterized by the concept of hegemonic of the sustainable development, played a major role due to its influence of supranational organs (ONU and Banco Mundial) in the policy guidelines of the countries in the world, for, 62,9% of the researched articles expressed this justification; finally, the third particularity clustered anti-hegemonic perspectives about sustainability and, even facing such a big diversity in its theoretical framework, it was registered in 30,3% of the academic productions here investigated – the last recurrence concentrated a major relation of human geographers in relation to the second which presented a bigger proportion of physical geographers. At the same time, three theoretical-conceptual areas of the sustainable development were identified by its expressive contribution of researchers connected to the nature of science field and/or human sciences including the scope of Brazilian Geography concerning studies and apprehension of the relation established over space.*

**Key words:** Sustainable Development; Sustainability; Epistemology; Geography.

### **Introdução**

As relações estabelecidas entre a natureza e as diversas formas de organização social podem situar a questão ambiental a partir dos primeiros núcleos de atividade humana. Contudo, as dimensões adquiridas devido aos impactos ambientais causados desde a Segunda Guerra Mundial realocaram a temática ambientalista para o contexto da crise do paradigma da modernidade.

Em virtude dessas dimensões atingidas pelos impactos ambientais, rupturas foram promovidas na abordagem da relação sociedade-natureza. De acordo com Kuhn (2009 [1962]), as revoluções científicas ocorrem porque o avanço desses conhecimentos não se processa de forma linear, assim, um novo paradigma é instituído conforme o modelo anterior deixa de corresponder aos anseios da comunidade científica.

Com isso, desde o pós-guerra, especificamente em 1949 - ano da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização dos Recursos Naturais - surgiram os primeiros debates mundiais institucionalizados sobre a necessidade de conservar as bases materiais de reprodução das sociedades. Não obstante, somente após duas décadas, as proporções adquiridas pelos impactos ambientais foram correlacionadas com as atividades antrópicas. Desse modo, pode-se observar tanto o declínio da geografia clássica no decorrer desse momento histórico, como também acompanhar as

origens e o descenso do processo de renovação do pensamento geográfico - por meio da corrente teórica quantitativa. (ANDRADE, 1987).

Nesse ínterim, promoveram-se estudos cujas considerações atrelavam-se com a degradação dos espaços naturais em função das atividades humanas e o tom político-econômico das deliberações presentes no Relatório Meadows de 1969 – delegado pelo Clube de Roma – muniu de polêmicas a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano realizada na cidade de Estocolmo em 1972. (PORTO-GONÇALVES, 2004).

De acordo com Andrade (1987), o advento da corrente ecológica/ambientalista ocorreu simultaneamente às primeiras pesquisas da geografia do comportamento e da percepção, e também, com as bases da corrente crítica do pensamento geográfico. Desde então, a comunidade internacional posicionou-se oficialmente em função de um modelo de desenvolvimento econômico que respeitasse as dinâmicas e ciclos da natureza, ou seja, seus respectivos recursos naturais.

As influências desse processo no Brasil ficaram evidentes com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei Federal nº. 6.938, agosto de 1981 – da qual teve origem o zoneamento ambiental no país. (MENEZES; ALBUQUERQUE, 2009). Entende-se por desenvolvimento sustentável, conforme o Relatório Nosso Futuro Comum, “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987: 46). Esse documento – elaborado a pedido das Nações Unidas – tornou-se referência na menção do conjunto de normas e diretrizes oficiais utilizadas para a conciliação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Todavia, os vocábulos *desenvolvimento* e *sustentabilidade* adquiriram dimensões semânticas polissêmicas promovendo debates acerca do produto dessa relação: o *desenvolvimento sustentável*. A investigação de tais projeções na geografia tornou-se conveniente, pois seus fundamentos remontaram os fluxos entre sociedade e natureza; o berço epistemológico do conhecimento geográfico. Posto isso, as seguintes questões remontam às problemáticas centrais desse artigo:

- O objeto desenvolvimento sustentável sofreu desdobramentos teórico-conceituais? Quais são esses eixos?
- Esses eixos teórico-conceituais manifestam-se no âmbito da geografia brasileira?

- Como esses eixos estão atrelados aos campos<sup>1</sup> do conhecimento geográfico descritos por Andrade (1987) em físico, humano e instrumental?

Sendo assim, a hipótese central desse trabalho compreende que o objeto *desenvolvimento sustentável* não apresenta somente desdobramentos, como também possui eixos teórico-conceituais inclinados em conformidade com os campos (físico, humano e instrumental) da produção geográfica brasileira. Por sua vez, as questões e hipóteses levantadas fornecem embasamento ao objetivo principal desta pesquisa, ou seja, a busca pela constatação da manifestação desses eixos do desenvolvimento sustentável na produção geográfica brasileira das últimas décadas.

A fim de compreender o modo esses possíveis eixos teórico-conceituais se manifestam nos campos do saber geográfico, dentre os objetivos específicos cita-se:

- A revisão bibliográfica das obras de impacto no debate sobre desenvolvimento sustentável, epistemologia e epistemologia da geografia.
- O levantamento da produção geográfica brasileira de artigos publicados pelos periódicos de maior relevância para a pesquisa institucionalizada.
- A identificação das correlações entre os campos da geografia (física, humana e instrumental) e os eixos teórico-conceituais do desenvolvimento sustentável.

Para tanto, foram investigados três periódicos, sendo eles: Revista Mercator vinculada à Universidade Federal do Ceará (UFC), Revista Sociedade & Natureza atrelada à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Revista RA'e GA da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Desse material analisaram-se cento e dois artigos, os quais foram selecionados de acordo com seus respectivos resumos e/ou introduções que deveriam conter, obrigatoriamente, os vocábulos *desenvolvimento sustentável* e/ou *sustentabilidade*.

Essa pesquisa justificou-se mediante a relevância dos estudos acerca de epistemologia da geografia, pois é por meio desses que os pesquisadores também apreendem as relações entre natureza e sociedade, assim como, produzem diferentes percepções sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável resultando na diversidade das relações processadas no tempo e que se materializam no espaço.

---

<sup>1</sup>A Teoria dos Campos desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930 - 2002) sinaliza as relações de poder existentes em uma estrutura e, nesse caso, os campos de conhecimento na geografia. A tese de doutorado *Propósitos geográficos no campo ambiental: fragmentos da geografia francesa e da geografia brasileira* defendida por Warnavin (2015), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), considera a existência de um campo ambiental na Geografia.

## Materiais e métodos

Essa pesquisa atentou-se ao modo como os campos do conhecimento geográfico (humano, físico e instrumental), descritos por Andrade (1987), articulam-se com os eixos conceituais do desenvolvimento sustentável. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000). Para tanto, utilizou-se do método hipotético-dedutivo de Marconi e Lakatos (2010) a fim de associá-las com as diretrizes da análise do discurso. (FOUCAULT, 2008 [1969]).

O método hipotético-dedutivo é ideal para a pesquisa, pois parte de concepções gerais que buscam pelos desdobramentos conceituais do desenvolvimento sustentável a fim de ir em direção ao âmbito particular da geografia brasileira. Porque provém do conhecimento prévio acumulado pelo pesquisador, o qual ao confrontar-se com as premissas teóricas disponíveis criam lacunas, que por sua vez, geram problemáticas cujas resoluções promovem o surgimento de novas hipóteses verificáveis, diante disso, são refutadas ou inseridas no campo de conhecimentos já consolidados. (MARCONI; LAKATOS, 2010).

De acordo com o Foucault (2008 [1969]), a análise do discurso tem o objetivo de descrever os sistemas de dispersão, pois se entende que as formações discursivas são condicionadas pelas regras de formação. Sendo essas formações discursivas resultantes das regularidades encontradas nas correlações entre enunciados, tais como: a correlação hipótese-verificação; asserção-crítica; lei geral-aplicação particular. Já entre os objetos, eles são definidos pelas regras da prática discursiva e os conceitos são feixes de relações constituintes do sistema de formação conceitual cujas estratégias estão presentes nos discursos.

Este trabalho constituiu-se por meio de bibliografias que abordavam o desenvolvimento sustentável sobre diferentes perspectivas, para isso, documentos oficiais e obras da sociologia, economia, antropologia, biologia e geografia foram consultadas. Deste modo, questionou-se como o objeto desenvolvimento sustentável elucidava a dispersão conceitual presente na geografia brasileira, pois a consolidação dos objetos dos discursos configura-se por intermédio das:

Relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; (...) mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (FOUCAULT, 2008 [1969]: 55).

A pesquisa também teve embasamento na metodologia utilizada por Fernandez *et al.* (2012), cujo artigo perscrutou o conceito de sustentabilidade ao avaliar como sustentáveis ou não as práticas de exploração de animais e plantas no Brasil. Essas práticas foram ilustradas em teses e artigos publicados entre 1987 e 2010, os quais tiveram como base apenas os levantamentos demográficos

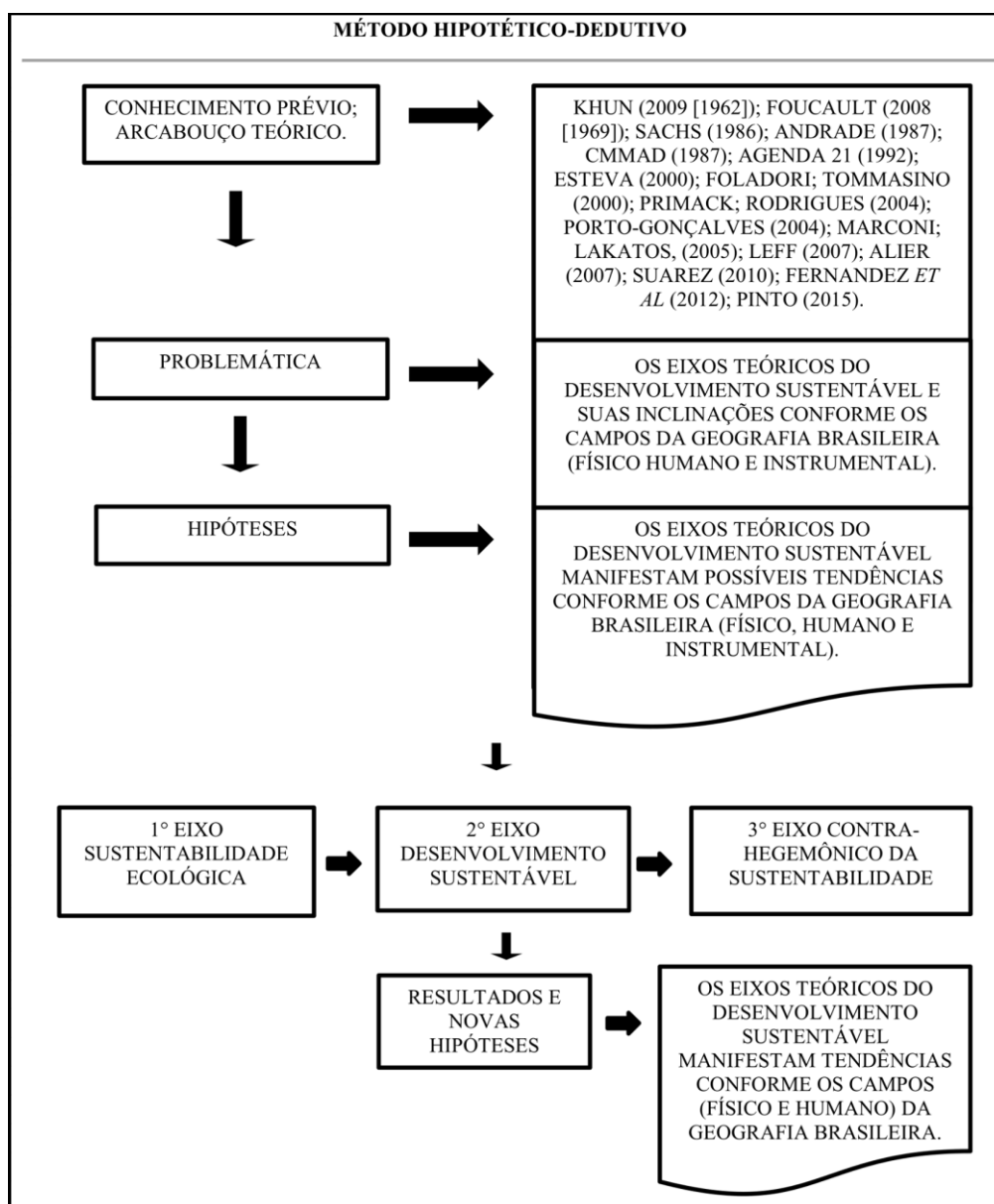
dessas populações biológicas, os resultados foram explícitos nas considerações dos próprios autores ou implícitos nas informações do texto.

Ainda dentro dessa perspectiva:

Antes de querer repor os conceitos em um edifício dedutivo virtual, seria necessário descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam (...) o campo enunciativo compreende, também, formas de *coexistência* essas relações podem ser explícitas (...) referências, discussões críticas ou implícitas (...) os *modos de tradução* dos enunciados quantitativos em formulações qualitativas e vice-versa (relacionamento das medidas e descrições puramente perceptivas). (FOUCAULT, 2008 [1969]: 67, 68 e 70).

Os matérias e métodos adotados podem ser observados na figura 01:

**Figura 01: Materiais e métodos utilizados**



Fonte: Adaptado de Markoni e Lakatos, 2010.

Diante disso, o presente trabalho teve sua construção por meio de pesquisa sistematizada nos bancos de dados do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), já que esse é responsável pela catalogação oficial de documentos científicos produzidos no país. Nesse sistema foram coletados os periódicos adequados para a investigação do desenvolvimento sustentável nos trabalhos de geografia brasileira.

A seleção do material de pesquisa teve como embasamento a metodologia de Pinto (2015)<sup>2</sup> sobre a Revista Mercator, Revista Sociedade & Natureza e Revista RA'eGA. Pois, somente esses três periódicos da geografia atenderam, plenamente, aos critérios de: qualidade e relevância de impacto na divulgação de pesquisas – conforme o Sistema Qualis Capes da Plataforma Sucupira (2013) – de quantidade e sequências de publicações numericamente satisfatórias com distribuição regional – nordeste, sudeste e sul – os quais são necessários para a avaliação dessa temática no âmbito brasileiro.

Vale lembrar que os demais periódicos não atenderam aos objetivos dessa pesquisa, pois estavam direcionados de acordo com as disciplinas específicas do conhecimento geográfico, sendo elas: climatologia, solos, cartografia, população, dentre outros e/ou não apresentavam conteúdos que ofertassem gratuidade na realização de *downloads*.

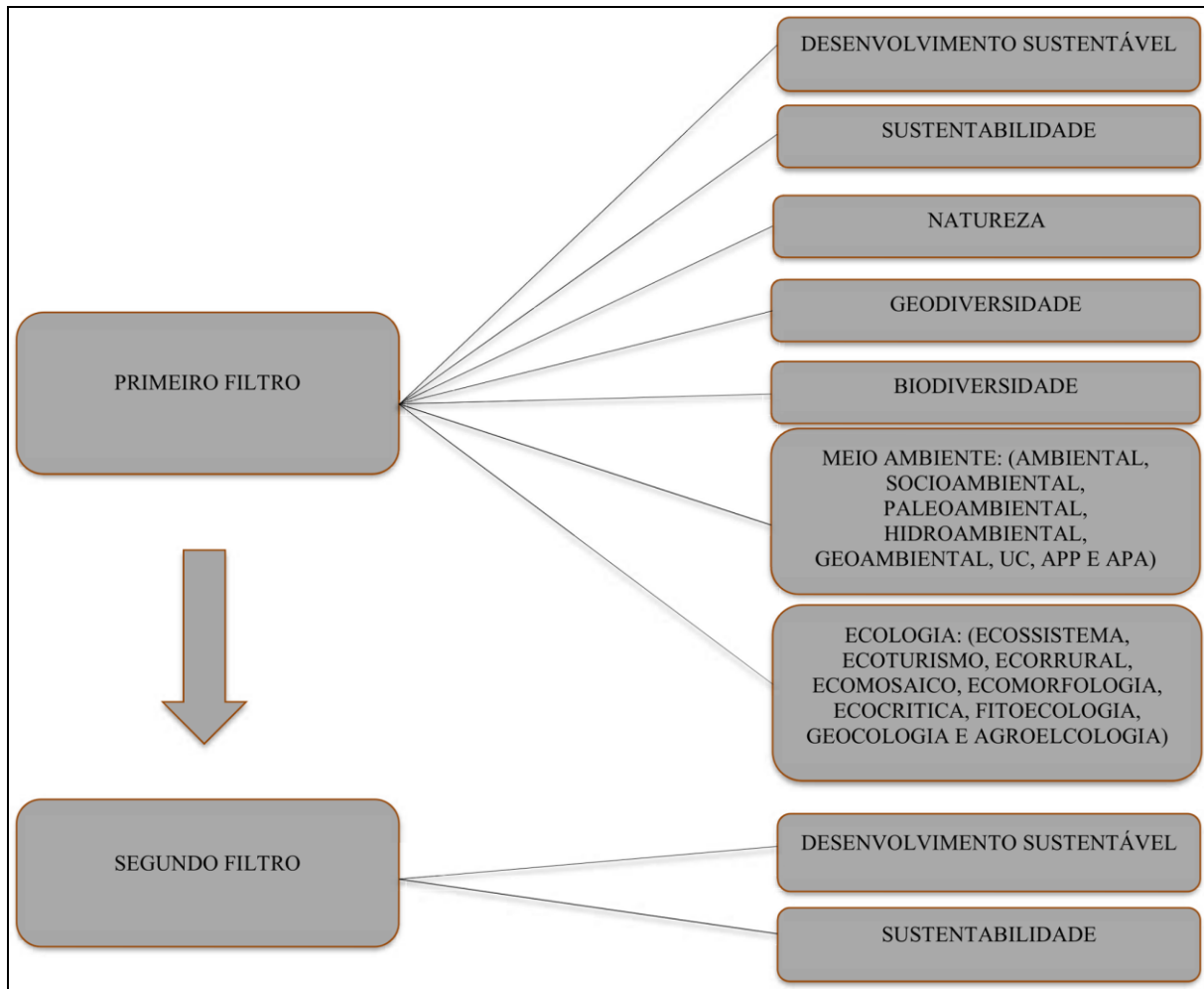
Sendo assim, num primeiro momento foram selecionados 313 artigos por meio da identificação individual dos títulos que possuísem vocábulos como: *desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, natureza, biodiversidade, geodiversidade, ecologia*, e/ou o emprego do prefixo *eco* que fosse correlacionado a outros termos como: *ecossistema, ecoturismo, ecorrural, ecomosaico, ecomorfologia, ecocrítica, fitoecologia, geoecológica e agroecológica*, assim como *meio ambiente* e associações desse com outros verbetes como: *ambiental, socioambiental, paleoambiental, geoambiental e hidroambiental* e também aos desdobramentos correlatos: *Unidade de Conservação (UC), Área de Preservação Permanente (APP) e Área de Proteção Ambiental (APA)*.

Em seguida, os resumos/palavras-chaves ou as introduções em pesquisas, nas quais os primeiros itens não se faziam presentes, passaram por um segundo filtro analítico. Nessa etapa foram selecionados somente os trabalhos que tivessem as expressões *sustentabilidade* e/ou *desenvolvimento sustentável*. Diante de todos os artigos selecionados para essa pesquisa, somente 102 atenderam aos requisitos e após esse processo realizou-se a leitura integral dos trabalhos. Diante disso, é possível observar essa metodologia na figura 02:

---

<sup>2</sup>Metodologia adotada na Tese de Doutorado *A abordagem socioambiental na geografia brasileira: particularidades e tendências* apresentada por Pinto (2015) junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

**Figura 02:** Metodologia empregada na seleção do material da pesquisa



**Fonte:** Adaptado de Pinto (2015).

Dessa forma, a Revista Mercator que está vinculada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) desde 2002 contemplou os critérios previstos, além de disponibilizar uma base de publicações com 22 artigos distribuídos conforme a tabela 01.

**Tabela 01:** Artigos selecionados junto à Revista Mercator - 2002 / 2017

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO
01	Sustentabilidade ambiental: discutindo o lugar.	BARREIRA FILHO, E. B.B.; SAMPAIO, J. L. F.	2004
02	O planejamento ambiental como instrumento na incorporação da sustentabilidade no processo de desenvolvimento: o caso do Ceará, Brasil.	RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CABO, A. R.	2004
03	(In)sustentabilidade ambiental em territórios de cerâmica vermelha: uma análise de Carnaúba dos Dantas-RN.	SILVA, V. P. <i>et al.</i>	2005

**Continua...**

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO
04	A sustentabilidade ambiental urbana a partir de uma perspectiva espacial: o caso das cidades da Amazônia brasileira.	NASCIMENTO, J. A. S.; MAURO, C. A.	2006
05	Estudo fitoecológico da mata ciliar nas sub-bacias dos riachos Cipó e Carrapateiras no município de Tauá – CE.	GONÇALVES, A. M. <i>et al</i>	2008
06	Função socioambiental como estratégia do crescimento sustentável da Região Metropolitana de Natal.	TINOCO; M. B. M.; BENTES, D.; CLEMENTINO, M.	2009
07	Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ambiental: bacia hidrográfica do Açude Camará – PB.	SILVA, S. R. R.; CHAVES, I. B. C.; ALVES, J. J. A.	2010
08	Questão metropolitana na perspectiva do desenvolvimento sustentável.	GOBIN, C.G.	2010
09	Políticas públicas de turismo em unidades de conservação.	CAVALCANTE, M. B.; FURTADO, E. M.	2011
10	Avaliação da sustentabilidade hídrica de Juiz de Fora / MG.	RIBEIRO, C. R.; PIZZO, E. S.	2011
11	Cidade e sustentabilidade territorial.	SANTOS, N. N. P.	2011
12	O sofisma da sustentabilidade urbana.	TEODORO, P. H. M.	2012
13	Aproximación a los criterios precautorios desde la política ambiental y sus relaciones con la ciencia y la sociedade.	ALIÓ, M. A.	2012
14	Análise socioambiental de bacia hidrográfica com usinas hidroelétricas.	NERES, J. C. I.; FERREIRA, M. E.; SILVA JUNIOR, N. J.	2012
15	Experiencias de investigación participativa socioambiental em Catalunya.	TORRES, M. A. A.	2013
16	Paisagem como objeto semiótico: ecomosaico.	CASQUILHO, J. A. P. AZEVEDO, R. A. B.	2013
17	Reflorestamento com eucalipto, fonte de renda sustentável no Pontal do Paranapanema.	ARANA, A. R. A.; BOIN, M. N.	2013
18	Propuesta de ordenación para la conservación y manejo de los recursos naturales em el bioma de Caatinga.	LIMA, V. P.; ARTIGAS, R. C.	2013
19	Bases metodológicas e critérios para licenciamento ambiental na Unidade de Conservação Sabiagua, Fortaleza, Brasil.	MEIRELES, A.J.A.	2014
20	Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade.	GOMES, M.A.S.	2014
21	Sensoriamento remoto e SIG aplicados à avaliação da fragilidade ambiental de bacia hidrográfica.	BACANI, V. M. <i>et al</i>	2015
22	A sustentabilidade em função do uso não sustentável dos recursos naturais no oeste baiano e no Eagle Ford texano.	BRANNSTROM, C.	2015

**Fonte:** Revista Mercator (2017).

A Revista Sociedade & Natureza vinculada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em vigor desde 1989, obteve destaque devido sua ampla base de dados, pois registrou o maior volume de artigos selecionados; cinquenta e nove. Entretanto, os dez primeiros volumes que contém os vinte primeiros números publicados de 1989 a 1999, não se encontram disponíveis em meio digital. Desse modo, fez-se necessária a realização de consultas físicas que aconteceram tanto na Biblioteca de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) quanto na Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conforme demonstra a tabela 02.

**Tabela 02:** Artigos selecionados junto à Revista Sociedade & Natureza – 1989 /2017

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO
01	Indicadores geomorfológicos e o desenvolvimento sustentável na área do Cerrado.	CRHISTOFOLETT, A.	1996
02	Caracterização de indicadores geomorfológicos para análise da sustentabilidade ambiental.	BACCARO, C. A. <i>et al</i>	1996
03	Os solos e a sustentabilidade ambiental nas microbacias Pantaninho e Divisa em Iraí – MG.	MENDONÇA, M. G.; LIMA, S. C	1996
04	A territorialidade e a sustentabilidade ou a ecologia do espaço político.	SANTOS, C.	1997
05	A ciência geográfica e o desafio da questão natureza/sociedade.	PONTES, B. M. S.	1999
06	Agricultura sustentável: origens e perspectivas.	LIMA, E. F.	2000
07	Sociedade, meio ambiente e desenvolvimento: uma crise de percepção.	MACHADO, L. M. C. P.	2001
08	Indicadores para o desenvolvimento do turismo eco-rural na bacia do Rio Araguari – MG.	CANDIOTO, L. Z. P.	2001
09	A viabilidade de um projeto sustentável em assentamentos rurais de reforma agrária.	COUTO, A. T.	2004
10	Conservação do meio ambiente e bacia hidrográfica: elementos para a sustentabilidade do desenvolvimento.	NASCIMENTO, F. R.; CARVALHO, O.	2005
11	Impacts of ecotourism on the bog of Serra Negra – Bezerro / PE.	SILVA, A. W. O.; CASTRO, C. F.; CAMPOS, H. L.	2005
12	Environmental management: proactive legislation for municipal solid waste.	PEREIRA, A. F. N.; FERH, M.	2005
13	Sustainable management of land degradation: the example of secondary, dryland salinity in south-western Australia.	CONHACHER, A.	2005
14	Risk analysis of rocks falls at the Ibitipoca State Conservation Park and its surroundings, Minas Gerais state, Brazil.	ROCHA, G. C.; LAWALL, S.; TORRES, F. T. P.	2005
15	Geo-environmental analysis and identification of degraded areas susceptible to desertification in a semi-arid, tropical ecozone: the Acaraú River basin in northeastern Brazil.	NASCIMENTO, F.R. <i>et al.</i>	2005
16	Geomorphological assessment on the environmental analysis of the Serra das Confusões national park – Piauí state – Brazil.	ROCHA, A. M.; MARÇAL, M. S.; GUERRA, A. J. T.	2005
17	The development of sustainable cropping systems in the highlands of south-east Asia: general lessons for development projects.	FULLEN, M. A.	2005
18	Planejamento para o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: o caso da bacia do Jurumirim (Angra dos Reis, RJ).	KRONEMBERGER, D. M. P.; CARVALHO, C. N.; CLEVELARIO JUNIOR, J.	2005
19	Impactos ambientais e propostas de manejo sustentável para a planície flúvio-marinha do Rio Pacoti – Fortaleza/Ceará.	GORAYEB, A. <i>et al</i>	2005
20	Ecomorphological analysis of fluvial habitats of the upstream part of Rio das Velhas/MG, Brazil.	FERREIRA, H. L. M.; CASTRO, P. T. A.	2005
21	Observação de aves e ecoturismo e Itamaracá (PE): instrumentos para o desenvolvimento sustentável.	FARIAS, G. B.; CASTILHO, C. J. M	2006
22	Alianças estratégicas para o desenvolvimento sustentável.	LIRA, W. S.; GONÇALVES, G. A. C.; CÂNDIDO, G. A.	2007
23	Dificuldades econômicas e ecológicas de programas de fomento florestal e a importância de cooperativas.	ALVES, A. M. S.	2007
24	Crescimento econômico e sustentabilidade.	MONTIBELLER-FILHO, G.	2007
25	Dados infométricos para modelagem topográfica e caracterização ambiental do café em escala municipal.	BARROS, M. A.; MOREIRA, M. A.; RUDORFF, B. F. T.	2007
26	Geoprocessamento como ferramenta no licenciamento ambiental de postos de combustíveis.	OLIVEIRA, P.T.S. <i>et al.</i>	2008
27	Agricultura familiar e agriecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS.	FINATTO, R. A.; SALAMONI, G.	2008
28	Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade.	KRONEMBERGER, D. M. P. <i>et al</i>	2008

Continua...

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO
29	A usina hidrelétrica de Yaciretá: insustentabilidade e exclusão social no Rio Paraná (Corrientes, Argentina).	ULLOA, V.; BELLINI, L. M.	2009
30	A análise interdisciplinar de processos de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais: conflitos entre velhos e novos paradigmas.	RODRIGUES, G. S.S.C.	2010
31	Geoenvironmental degradation in the peninsular river basin in Jharkhand, Índia.	JHA, V. C.; SAHA, S.	2010
32	Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal – Salina.	SILVA, A. J.; SILVA JUNIOR, M.F.	2010
33	Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da reserva extrativista Açau-Goiana.	FADIGAS, A. B. M.; GARCIA, L. G.	2010
34	Uma proposta para avaliar a sustentabilidade da expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul.	GUIMARÃES, L. T.; TURETTA, A. P. D.; COUTINHO, H. L. C.	2010
35	Indicadores socioeconômicos e gestão ambiental nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró, RN.	CARVALHO, R. G.; KELTING, F. M. S.; SILVA, E. V.	2011
36	Análise da sustentabilidade do turismo ecológico no município de Bonito, Mato Grosso do Sul na promoção do desenvolvimento regional.	CAMARGO, L. J. J. <i>et al</i>	2011
37	Uma análise contextual do funcionamento efetivo e participação popular em uma unidade de conservação: o caso da área de proteção ambiental de Petrópolis (Rio de Janeiro: Brazil).	GONÇALVES, M. P.; BRANQUINHO, F. T. B.; FELZENSZWALB, I.	2011
38	Proposta e validação de indicadores hidroambientais para bacias hidrográficas: estudo de caso na sub-bacia do alto curso do Rio Paraíba, PB.	CARVALHO, J. R. M. <i>et al.</i>	2011
39	Reserva de desenvolvimento sustentável: avanço na concepção de áreas protegidas?	MATTOS, P.P. <i>et al.</i>	2011
40	A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: visões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas a sustentabilidade.	PINHEIRO, I.F.S. <i>et al.</i>	2011
41	O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado.	RIBEIRO, F. P.	2012
42	Construção de um índice de sustentabilidade hidro-ambiental [sic] através da análise multicritério: estudo em municípios paraibanos.	CARVALHO, J. R. M.; CURI, W. F.	2013
43	Sustentabilidade urbana e as certificações urbanas na construção civil.	ZANGALLI JUNIOR, P. C.	2013
44	Intensificación agrícola y pérdida de servicios ambientales en el Partido de Azul (Provincia de Buenos Aires) entre 2002 -2011.	VASQUEZ, P.; ZULAICA, L.	2013
45	Movimentos socioambientais e gestão dos recursos ambientais no cenário amazônico: ações da Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia.	ZIGLIO, L. A. I.; COMEGNA, M. A.	2013
46	As RPPNs como estratégia para a conservação da biodiversidade: o caso da Chapada dos Veadeiros.	LIMA, P.C.A.; FRANCO, j. L. A.	2014
47	Geotecnologias aplicadas ao zoneamento agroecológico do estado do Mato Grosso do Sul.	BHERING, S. B. <i>et al.</i>	2014
48	Espaço, iniquidade e transporte público: avaliação da acessibilidade urbana na cidade de Natal / RN por meio de indicadores de sustentabilidade.	COSTA, L. P.; MORAES, I. R.	2014
49	O conhecimento local e a etnopedologia no estudo dos agroecossistemas da Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos.	MATOS, L. V. <i>et al.</i>	2014
50	Percepção ambiental e dinâmica geoecológica: premissas para o planejamento e gestão ambiental.	PAULA, E. M. S.; SILVA, E. V.; GORAYEB, A.	2014
51	Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a região nordeste do Brasil.	FÉ, M. M.M.	2015

Continua...

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO
52	Establecimiento agroproductivo ecológico vs. Agricultura convencional: Partido de Tandil, provincia de Buenos Aires.	VASQUEZ, P.; VIGNOLLES, M.	2015
53	Compensação Ambiental: da contradição à valorização do meio ambiente no Brasil.	FONSECA, R. O.	2015
54	Sustentabilidade hidroambiental de nascentes na bacia hidrográfica do Rio Gramame no estado da Paraíba, Brasil.	BOMFIM, E. O. <i>et al</i>	2015
55	Gestão ambiental e sustentabilidade na macrometrópole paulista – Bacia do Rio Paraíba do Sul.	DEMANBORO, A. C	2015
56	Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da carta da água de 2010.	FREITAS, E. S. M.; GAUDIO, R. S.	2015
57	Educación ambiental popular para el manejo sustentable de recursos naturales em uma localidade rural del subtrópico mexicano.	REYS, E. I. M. <i>et al</i> .	2016
59	Sustentabilidade na Região Metropolitana do Cariri – RMC: Análise a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs.	NASCIMENTO, D. C.; CHACON, S.S.	2016
59	A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração.	REZENDE, V. L.	2016

**Fonte:** Revista Sociedade & Natureza (2017).

Por fim, a Revista RA'eGA está vinculada com o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 1997. Diante disso, vinte e um artigos foram selecionados por atenderem à proposta desse estudo. Desse modo, podem-se agregar fontes de divulgação científica das regiões sul, sudeste e nordeste do país, condição essa que exemplifica a seletividade qualitativa/quantitativa e que também proporcionou a distribuição espacial das pesquisas pelo restante país. Podem-se observar os artigos selecionados na tabela 03 a seguir:

**Tabela 03:** Artigos selecionados junto à Revista RA'EGA – 1997 / 2017

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO
01	Políticas de desenvolvimento e sustentabilidade: possibilidades e perspectivas com base no turismo.	SILVEIRA, M. A. T.	1998
02	O desenvolvimento sustentável: uma palavra e as coisas.	SAHR, W. D.	1998
03	El desarrollo sustentable: teoría, método y dificultades intrínsecas.	FOLADORI, G.	1999
04	As relações homem-natureza no quadro dos litorais atlânticos.	BERTRAND, F.	2000
05	Desenvolvimento sustentável e distritos industriais.	BENKO, G.	2001
06	Legislação ambiental e áreas de preservação permanente na Bacia Hidrográfica do Rio Pequeno: situação atual e possibilidades.	CHUEH, A. M.; SANTOS, I.	2001
07	Grandes projetos e recondicionamentos de espaços degradados com fortes imperativos ambientais: a experiência parisiense.	MALEZIEUX, J.	2002
08	Desenvolvimento sustentável e conservação da natureza em unidades de conservação: o caso da Floresta Nacional de Ipanema (IPERÓ/SP).	NUCCI, J. C.; FÁVERO, O. A.	2003
09	Sustentabilidade das cidades: aspectos conceituais.	ARAÚJO, M. L. M.	2006
10	Sustentabilidade do perímetro irrigado Jabiberi.	AGUIAR NETTO, A. O.; MACHADO, R.; VARGAS, M. A. M.	2006

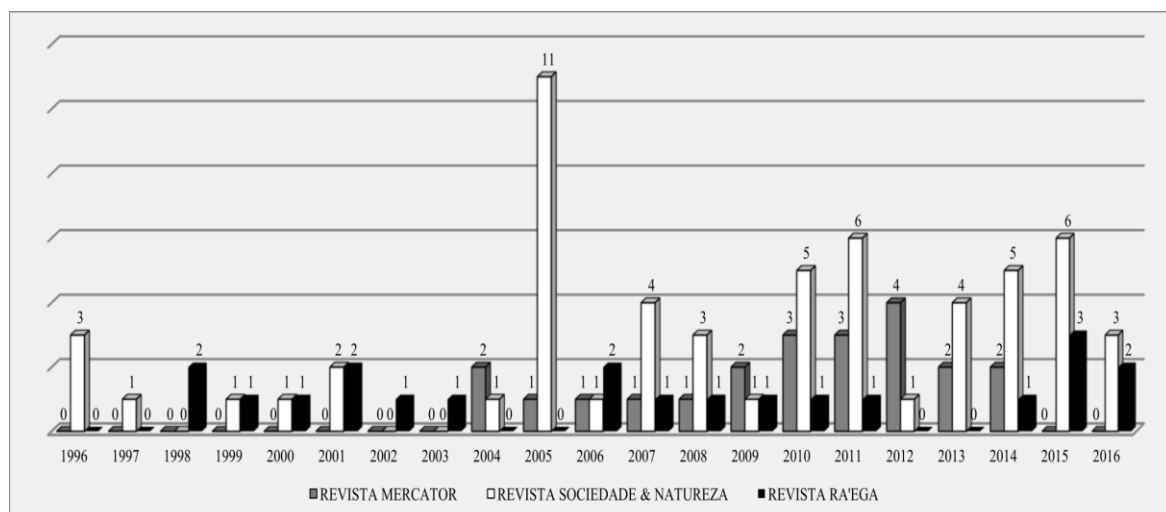
**Continua...**

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO
11	Aplicação da técnica de valoração econômica de ações de requalificação do meio ambiente em área degradada.	BARBISAN, A. O. <i>et al.</i>	2007
12	Podemos falar de ambiente e saúde problematizando as conexões entre saúde e desenvolvimento?	AKERMAN, M.	2008
13	A política ambiental para a região dos campos gerais do Paraná.	MENEGUZZO, I. S.; ALBUQUERQUE, E. S.	2009
14	Organizações não governamentais ambientalistas – a atuação da sociedade civil em Curitiba e Região Metropolitana.	CARNEIRO, C. M. W.; CANEPARO, S. C.	2010
15	Potencial de uso agrícola e legislação ambiental voltados ao planejamento na bacia do Rio Pequeno – PR.	SOARES, M. R. G. J.; SOUZA, J. L. M.; JERSZURKI, D.	2011
16	An application of AHP for physical sustainability assessment on new town of Andisheh, Tehran – Iran.	ZALI, N.; TAJIK, A.; GHOLIPOUR, M.	2014
17	Da dominação colonial à colonialidade do saber: efeitos do determinismo ecológico dual no Brasil.	LOIOLA, S. A. <i>et al</i>	2015
18	Zoneamento ambiental acústico como estratégia de gestão e controle da poluição sonora urbana.	BRESSANE, A. <i>et al</i>	2015
19	Proposta de geração de renda para o desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais da região amazônica.	SOUZA, I. P. <i>et al</i>	2015
20	A desigualdade ambiental em Rio das Ostras – RJ Brasil.	BELLINI, J. H.; STEPHAN, I. I. C.; GLERIANI, J. M.	2016
21	Avaliação da sustentabilidade ambiental em três parques estaduais do estado de Mato Grosso do Sul, no período entre 1985 a 2014.	PINTO, J. S. <i>et al</i>	2016

**Fonte:** Revista RA'eGA (2017).

A relação dos artigos selecionados para essa pesquisa é demonstrada de acordo com o gráfico 01:

**Gráfico 01:** Relação dos artigos publicados pelas revistas MERCATOR, SOCIEDADE & NATUREZA E Ra'eGA contendo os temas *desenvolvimento sustentável e sustentabilidade*



**Fonte:** A autora<sup>3</sup> (2017).

<sup>3</sup> O aumento súbito na produção de periódicos registrados em 2005 deve-se ao fato da Revista Sociedade & Natureza ter promovido, naquele ano, o Simpósio Internacional sobre Terras Degradadas e Desertificação (*International Symposium on Land Degradation and Desertification*) e acolher todas as demandas de suas publicações.

As designações dos respectivos campos do conhecimento geográfico, no qual os artigos estavam inseridos tiveram como base o conteúdo teórico expresso nos textos selecionados e pelo Currículo Lattes de seus escritores. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2016).

Diante disso, pode-se observar ao longo da construção desse trabalho, a presença da heterogeneidade, pois há trabalhos que não apresentam resumo enquanto outros apresentaram essa seção em três idiomas diferentes. Além desses fatores, há artigos cujos resumos apresentaram disparidades na quantidade de palavras utilizadas ou então ausência de uniformidade e por conta disso nota-se que alguns artigos não apresentaram a estrutura ideal para tal pesquisa, a qual deveria conter introdução, metodologia, análise dos resultados e breves considerações.

### **Dimensões etimológicas do Desenvolvimento Sustentável**

Devido à influência do pensamento Darwinista, entre os séculos XVIII e XIX, o *desenvolvimento* tornou-se uma noção atrelada ao *evolucionismo*, de modo que a comunidade científica utilizou-se de ambos os vocábulos como sinônimos. (ESTEVA, 2000). Sendo assim, são classificados como sendo correlatos, pois de acordo com Foucault (2008 [1969]: 24): “permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador e submetê-los ao poder exemplar da vida”.

De acordo com Fernandez (2005), esse vocábulo tem suas origens na embriologia, cuja definição consiste num aumento contínuo da complexidade do processo em mutação. Não obstante, essa analogia nos exige determinada cautela, pois o desenvolvimento socioeconômico trata-se de uma construção histórica com desdobramentos que articulam elementos sociais e ambientais em uma relação dialética. Enquanto o processo de desenvolvimento orgânico ampara-se sobre premissas menos flexíveis ao se estabelecer através do conjunto de informações genéticas influenciadas pelo meio. (SACHS, 2007).

Esse termo possui também relevância no pensamento Marxista, pois nele o desenvolvimento refere-se ao processo histórico de desdobramento, ou seja, “às propriedades dinâmicas de funcionamento do objeto examinado (...) uma sucessão de modos de produção movida pelas contradições que se estabelecem entre forças produtivas e relações de produção” (BONENTE, 2014: 274 e 276).

Conforme Sachs (2007) entende-se o desenvolvimento como uma construção social, sendo produto das relações humanas no tempo e condicionadas pelos aspectos naturais do espaço. Sob essa ótica, os princípios da sustentabilidade nasceram nas dimensões socioculturais, econômicas e

ambientais nas quais referências políticas são manifestadas por meio do território. Democracia e equidade são, portanto, elementos fundamentais da sustentabilidade.

Diante disso, o conceito de desenvolvimento adquiriu, ao longo do tempo, diversas significações que dificultaram a construção de uma definição mais precisa. Essa palavra é composta pelo prefixo *des* caracterizado pela negação e oposição, e também, pelo sufixo que teve sua derivação de *volvere* que significa rolar e fazer girar. Portanto, em sua origem etimológica, o termo desenvolvimento denotou num processo *sem movimento para reverter a ação*. (SANTOS *et al.*, 2012).

De acordo com o dicionário etimológico o termo *sustentável* do latim *sustinere* significa aguentar, apoiar e suportar e seu prefixo *tenere* quer dizer segurar e agarrar. (ORIGEM DAS PALAVRAS, 2017). Desse modo, em sua etimologia, o conceito de desenvolvimento sustentável denota a sustentação e manutenção de um processo que é caracterizado pela ausência de movimentos de reversão das ações.

### **Dimensões semânticas do Desenvolvimento Sustentável**

De acordo com Alier (2007), a expansão dos movimentos ambientalistas ocorreu em meio à resistência quanto ao projeto de desenvolvimento econômico e desdobrou-se em três correntes de pensamento, as quais se configuraram como estruturas distintas de um mesmo arcabouço. Dentre essas perspectivas, a primeira corrente de pensamento visa à preservação expressiva da natureza tendo como base o seu valor sagrado. Essa interpretação é reconhecida em práticas tradicionais religiosas destinadas à harmonização do indivíduo com a natureza, já no ramo científico encontra-se respaldada na biologia da conservação e ampara-se politicamente em projetos de criação e manutenção de reservas naturais.

Respectivamente, a segunda corrente de pensamento aponta para o desenvolvimento sustentável, que tem em vista estabelecer o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação/conservação dos recursos naturais. Essa concepção apoia-se na esfera econômica, na produtividade técnica e na interpretação da natureza enquanto capital/recurso a ser preservado em prol de uma economia sustentável. Seu respaldo científico baseia-se na economia ambiental, em que segue uma lógica capaz de converter os primados da ecologia em uma disciplina de suporte aos imperativos industriais. (ALIER, 2007).

Por fim, a terceira corrente de pensamento aponta para o crescimento econômico como sendo o cerne dos desequilíbrios socioambientais identificados nos países latinos, africanos e asiáticos. Essa corrente de pensamento indica que há contradições, no que diz respeito às questões ambientais, isso é evidenciado nos fluxos exploratórios de matéria-prima e depósitos de resíduos tóxicos que ocorrem em

detrimento da autonomia desses grupos regionais, não podendo ser controlada por medidas técnicas, pois são oriundas de complexas incoerências sociais. Desse modo, suas pautas estão voltadas para a justiça social que compreendem o ambiente como sendo o lócus da espécie humana. (ALIER, 2007).

Essas classificações foram legitimadas por Foladori e Tommasino (2000), que classificaram os desdobramentos do objeto desenvolvimento sustentável em três principais eixos teórico-conceituais, os quais foram fundamentais para as coordenadas desse artigo. Desse modo, o primeiro eixo apresentou a sustentabilidade do ponto de vista ecológico, sendo assim, as questões ambientais limitam-se aos danos causados aos meios abióticos e bióticos. Ainda sob essa perspectiva, o segundo eixo compreendeu a sustentabilidade social como sendo um meio para atingir a sustentabilidade ecológica, pois a vinculou com a questão da pobreza. Todavia, a pobreza não esteve apontada como fator decorrente das relações sociais e econômicas, mas vista pelas pressões que dela decorrem sobre o âmbito ecológico.

Por fim, o terceiro eixo analisou o ambiente como um conjunto de todos os organismos vivos, bem como os aspectos de seus meios físicos agrupados aos elementos socialmente construídos e, portanto, compreendeu a dimensão das relações sociais buscando o entendimento acerca da heterogeneidade de encadeamentos dos elos ecológicos e da complexidade resultante da interação entre a sociedade e a natureza. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000).

Segundo Foucault (2008 [1969]), as irrupções discursivas devem ser compreendidas a partir de seus respectivos contextos históricos. Assim, apesar da existência de atividades intelectuais e práticas voltadas à harmonização dos interesses econômicos e das demandas ambientais, no período que antecedeu a divulgação do Relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987, não se empregava esse vocábulo de desenvolvimento sustentável, pois não havia sido concebido.

Sendo assim, no período antecedente a divulgação do relatório, esse termo foi caracterizado pela expressão *ecodesenvolvimento*, sendo sugerido em 1973 por Maurice Strong, Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 e, posteriormente, aprimorado pelo economista Ignacy Sachs na obra que possui o mesmo nome do vocábulo. Essa expressão era usada em forma de alusão ao processo de construção histórica do desenvolvimento, pois abrigava as dimensões culturais e políticas para além das dimensões ambientais, sociais, econômicas da sustentabilidade. (SACHS, 1986).

Atualmente, esses termos *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável* são considerados sinônimos, já que a definição do primeiro ressalta apenas as dimensões ambientais, sociais e econômicas. O discurso vigente diz que “em sua essência, o desenvolvimento sustentável

também busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico”. (INSTITUTO ECODESENVOLVIMENTO, 2008).

### **Eixos teórico-conceituais do desenvolvimento sustentável**

Diante disso, em relação ao primeiro eixo teórico, que está atrelado ao desenvolvimento sustentável nota-se uma visão dicotômica entre a sociedade e a natureza. Esse modelo tornou-se restrito devido ao fato de ignorar a complexidade das relações sociais, as quais desdobram sobre o território. Ao vincular os elementos da sustentabilidade exclusivamente à dimensão ecológica por meio da perspectiva analítica, acaba desconsiderando os conteúdos referentes às relações de síntese, sendo assim, não são oferecidos suportes para promover as epistemologias que evoquem o saber ambiental.

Posto isso, as incompatibilidades entre a lógica econômica e os princípios da entropia demonstraram a insustentabilidade do segundo eixo teórico do desenvolvimento sustentável, pois não abrange a complexidade estrutural advinda da articulação entre os processos históricos e ambientais, os quais podem originar novas formas de arranjos sociais. Todavia, a complexidade inerente à relação socioambiental e sua compreensão não devem ser restringidas apenas aos estudos sobre balanço energético e, tão pouco, ao processo analítico compreendido e estruturado sobre bases econômicas, culturais, ecossistêmicas e tecnológicas que não estabeleçam interação entre si. (LEFF, 2007).

A falta de sucesso do projeto de desenvolvimento sustentável ocorreu pelas características essenciais desse modelo, já que suas múltiplas definições vieram denunciar as imprecisões semânticas em torno desse. Nesse sentido, as demandas presentes na Agenda 21 não foram aceitas de maneira satisfatória pelo conjunto de políticas governamentais em níveis nacionais e internacionais, pois a falta de clareza juntamente com a ineficácia dos meios e estratégias para a aplicação efetiva dessa proposta resultou na apropriação dessa expressão por grupos políticos e empresariais, que a empregam em manobras discursivas a fim de promover estratégias de mercado. (SUAREZ, 2010).

Em decorrência da dicotomia que trata da relação entre ser humano e natureza, as heranças da modernidade desconstruíram a percepção de que o primeiro esteja profundamente conectado com a última. Diante dessas concepções, é possível notar que se trata de uma espécie que necessita reaprender a viver em harmonia em seu meio juntamente com os demais seres vivos. Diante disso, houve exposição da capitalização da natureza em que suas dimensões foram constantemente apropriadas pelo contexto político considerando seus interesses econômicos.

Sendo assim, as falhas na incorporação nas demandas do projeto de desenvolvimento sustentável em pautas políticas devem-se ao fato de que todas as definições estão sendo orientadas

por perspectivas antropocêntricas, que interpretam a complexidade do tecido ecológico como um recurso a ser empregado nas finalidades concernentes ao desenvolvimento. Logo, a biodiversidade e o equilíbrio dos sistemas naturais são valorizados segundo as concepções socioeconômicas e não pelo valor intrínseco deles. Diante disso, perpetuou-se o mito de que a proteção dos sistemas ecológicos resultaria na aplicação de projetos de desenvolvimento, pois essa perspectiva colocou o desenvolvimento econômico sob um ângulo privilegiado em detrimento perante as questões ambientais. (SUAREZ, 2010).

Fernandez (2005) apontou que desde 1980 fundos significativos são aplicados em programas de cunho socioambiental que se comprometem simultaneamente com as problemáticas sociais e naturais. Entretanto, tais programas tratam, majoritariamente, de propostas com caráter econômico ou socioeconômico que não costumam priorizar a dimensão ecológica. Sendo assim, há necessidade de considerar tanto a dimensão social quanto a dimensão ecológica no âmbito do terceiro eixo. No entanto, há também questionamentos acerca da eficácia dos projetos que visam trabalhar conjuntamente esses dois princípios, pois essas questões socioeconômicas são privilegiadas em detrimento da conservação ambiental.

### **O Desenvolvimento Sustentável e a Geografia brasileira**

A presente pesquisa baseou-se nas análises e classificações de cento e dois artigos publicados em renomadas revistas de geografia do Brasil. Por meio dessas, houve uma busca pela manifestação dos desdobramentos do desenvolvimento sustentável, de acordo com seus respectivos eixos teórico-conceituais. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000). E também procurou investigar as respectivas intersecções desses eixos com os campos (físico, humano e instrumental) do saber geográfico. (ANDRADE, 1987).

Nessa perspectiva, o objeto desenvolvimento sustentável apresentou três eixos conceituais, os quais mesmo apresentando semelhanças sutis trazem consigo elementos capazes de diferenciá-los. O primeiro eixo teórico traz trabalhos com ênfase na sustentabilidade ecológica pelo viés da preservação dos elementos bióticos e abióticos da natureza de influências antrópicas. Esse eixo apresentou baixa adesão, por volta de 6,8% quando comparado aos demais, sendo majoritariamente representados por geógrafos físicos, geógrafos físico-humanos, geógrafos físico-instrumentais e profissionais das áreas de ciências exatas, biológicas e da terra. Assim, seus registros apontam que a geografia brasileira carrega traços da dicotomia sociedade e natureza em seus trabalhos de pesquisa.

Já o segundo eixo teórico traz características do conceito hegemônico de desenvolvimento sustentável, que é majoritário entre os artigos pesquisados devido à influência de órgãos

supranacionais (ONU e Banco Mundial) nas diretrizes políticas dos países. Dentre os artigos analisados 62,9% apresentam essa fundamentação, nas quais são predominantes os geógrafos físicos, geógrafos físicos-instrumentais, geógrafos humanos e geógrafos com formação acadêmica nos domínios do campo físico e humano.

Esse eixo, por sua vez, propõe conciliar os interesses do sistema econômico com os projetos de preservação e conservação ambiental, os quais visam a construção de caminhos viáveis para proteger o ambiente e buscar o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, as dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade são apresentadas na caracterização desse eixo pela perspectiva hegemônica, descritas conforme o Relatório Nosso Futuro Comum.

Por fim, o terceiro eixo discursivo está vinculado aos autores que trazem concepções de sustentabilidade de acordo com processos decorrentes da interação entre sociedade e natureza, em que partem de uma crítica política, econômica, social, cultural e epistemológica ao atual modo de produção. Fomentando assim, a concepção de novas racionalidades produtivas as quais reúnem perspectivas contra-hegemônicas que demonstram o predomínio de geógrafos humanos, geógrafos humano-físicos e geógrafos humano-instrumentais, em relação aos geógrafos físicos. Esse conjunto agregou 30,3% das produções acadêmicas pesquisadas.

No entanto, o mesmo não se restringe nas concepções homogêneas e, tão pouco, trata-se de um bloco monolítico, pois apresenta grande diversidade em seu arcabouço ideológico e em suas concepções teóricas. Além disso, os discursos apresentam abordagens marxistas por meio de críticas severas às adversidades do capitalismo e também é possível identificar concepções que reservam maior autonomia para a gestão popular no que diz respeito aos processos inerentes ao território, ou seja, são menos centralizados no poder do Estado e estão voltadas para a autogestão.

### **Considerações finais**

Os artigos analisados no decorrer dessa pesquisa apresentaram os três eixos teórico-conceituais do desenvolvimento sustentável. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000). Nessa perspectiva, o conceito de ecodesenvolvimento desdobrou-se quatorze anos após sua origem no discurso do desenvolvimento sustentável, o qual se tornou a principal referência entre os geógrafos. Todavia, Rodrigues (2009) atenta para o fato de que não há assimilações teóricas e metodológicas da temática ambiental pelos campos físico e humano da geografia, pois as pesquisas incluíram princípios do Relatório Brundtland (1987) e da Agenda 21 (1992) sem grandes revisões epistêmicas.

Diante dos três eixos teóricos apresentados, o primeiro diz respeito à óptica ecologista, a qual possui riscos de ter seus processos históricos e dialéticos ignorados pela sociedade. O segundo traz

concepções economicistas que ignoram a Lei da Entropia e que acaba colaborando com o processo de acúmulo de capital. O terceiro e último apresenta perspectivas antropocêntricas que podem desconsiderar as relações ecológicas presentes no ecossistema terrestre, nas quais o ser humano reproduz suas relações simbólicas e materiais. (LEFF, 2007).

Por meio das análises realizadas podem-se confirmar as hipóteses levantadas, pois o objeto desenvolvimento sustentável sofreu desdobramentos no decorrer das últimas décadas, assim, seus três eixos teórico-conceituais manifestaram-se no âmbito da geografia brasileira. Além de que esses mesmos eixos são evocados com distintas preferências.

Deste modo, o campo físico da geografia manifesta-se com maior nitidez no primeiro e no segundo eixo, enquanto o campo humano da geografia é evidenciado no terceiro eixo. No entanto, o campo instrumental apresentou proporções semelhantes em todos os três eixos analisados. Assim sendo, pode-se afirmar que geógrafos humanos e geógrafos físicos, ao menos no Brasil, expressam tendências distintas quanto as suas premissas e seus referenciais bibliográficos no que diz respeito à abordagem do objeto desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, por mais criteriosas e necessárias as classificações teóricas não são absolutas e, tão pouco, definitivas. Diante disso, essas classificações não devem ser consideradas um divisor de águas pelo qual os autores e artigos separar-se-iam em distintas e incomunicáveis linhas de pensamento. Portanto, essa distribuição possui caráter didático e ilustrativo, assim como qualquer outra forma de classificação, faz-se necessário a revisão e acompanhamento no decorrer do tempo histórico considerando as consequentes transformações teóricas e epistemológicas.

Por fim, pode-se registrar a contribuição teórica dos profissionais das áreas de humanas e ciências da natureza na elaboração dos documentos estudados nessa pesquisa, tais como: engenharia agrônoma e florestal, geologia, biologia, ciências sociais, história, direito, turismo, enfermagem, medicina e relações internacionais, assim foi possível comprovar a abrangência da geografia brasileira nos estudos de apreensão das relações dadas sobre o espaço.

## Referências

- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. I Ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 21-40.
- ANDRADE, M. C. de. *Geografia, Ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. I Ed. São Paulo: Atlas, 1987, p. 15-131.
- BONENTE, B. I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Marx e o Marxismo, Niterói, v.2, n.3, 2014. Disponível em: (<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/68>), data de acesso: 18 de março de 2016.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, II Ed. 1991. 430 p. Disponível em:

- (<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>), data de acesso: 15 de julho de 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Currículo Lattes*. Disponível em: (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>), data de acesso em: 08 jan. 2016.
- ESTEVA, G. *Desenvolvimento*. In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. II Ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.
- FERNANDEZ, F. A. dos. S. *Aprendendo a lição do Chaco Canyon: do "Desenvolvimento Sustentável" a uma Vida Sustentável*. Instituto Ethos, São Paulo, v. 6, n 15. agosto de 2005. Disponível em: (<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Reflexão15.pdf>), data de acesso: 15 de maio de 2016.
- FERNANDEZ, F. A. dos. S.; ANTUNES, P. C.; MACEDO, L.; ZUCCO, C. A. *How Sustainable Is The Use of Natural Resources in Brazil?* *Natureza & Conservação*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, julho 2012. Disponível em: (<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/natcon.2012.013>), data de acesso: 10 de maio de 2016.
- FOLADORI, G. TOMMASINO, H. *El concepto de desarrollo sustentable treinta años después*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 1, 2000, p. 41-56.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. VIII Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 21-86.
- INSTITUTO ECODESENVOLVIMENTO. *O que é EcoDesenvolvimento?* 2008. Disponível em: (<http://www.ecodesenvolvimento.org/ecodesenvolvimento>), data de acesso: 14 de dezembro de 2016.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. IX Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 29- 55.
- LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. IV Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 9-107.
- MARCONI, M. de. A. LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. VII Ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 71-80.
- MENEGUZZO, I. S.; ALBUQUERQUE, E. S. *A política ambiental para a região dos campos gerais do Paraná*. *RA' E GA*, Curitiba; n° 18, 2009, p.51-58.
- ORIGEM DAS PALAVRAS. *Dicionário Etimológico*. Disponível em: (<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/sustentavel/>), data de acesso: 01 de fevereiro de 2017.
- PINTO, L. R. *A abordagem socioambiental na geografia brasileira: particularidades e tendências* (tese). Curitiba: Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2015. 199 p.
- PLATAFORMA SUCUPIRA, *Periódicos Qualis*. 2013 Disponível em: (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>). Acesso em: 02 de março de 2016.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *O Desafio ambiental*. I Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 13-75.
- REVISTA MERCATOR. *Arquivos*. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- REVISTA RA'E GA. *Anteriores*. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/issue/archive>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- REVISTA SOCIEDADE & NATUREZA. *Anteriores*. Disponível em: [http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/issue/archive\\_](http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/issue/archive_). Acesso em: 10 jul. 2016.
- RODRIGUES, A. M. *A abordagem ambiental unifica as geografias?* In: MENDONÇA, F.; SAHR, C. L. L.; SILVA, M. *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina, 2009, p. 167-180.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. I Ed. São Paulo: Vértice, 1986, p.9-176.
- SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. I Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 9-95.
- SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. da. S. *Desenvolvimento: um conceito multidimensional*. *Desenvolvimento Regional em debate*. Mafra, v. 2, n. 1, julho 2012. Disponível em:

(<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215/284>), data de acesso: 16 de janeiro de 2017.

SUAREZ, E. R. *La falácia Del desarrollo sustentable. Polémika*. Quito, v. 1, n. 5, novembro 2010.

Disponível em:

([http://www.usfq.edu.ec/publicaciones/polemika/Documents/polemika005/polemika005\\_014\\_articulo011.pdf](http://www.usfq.edu.ec/publicaciones/polemika/Documents/polemika005/polemika005_014_articulo011.pdf)), data de acesso: 13 de janeiro de 2016.

WARNAVIN, L. *Propósitos geográficos no campo ambiental: fragmentos da geografia francesa e da geografia brasileira*. (tese). Curitiba: Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2015. 165 p.

(Recebido em 04-04-2018; Aceito em: 27-07-2019)